



Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens

Sobral de Monte Agraço

2022-2024

Ficha Técnica

Título: Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens, 2022-2024

Autoria: Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sobral de Monte Agraço

Local e Data: Sobral de Monte Agraço, dezembro de 2021

Redação: David Dinis, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens – Representante do Município de Sobral de Monte Agraço

Equipa Técnica: David Dinis, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens – Representante do Município de Sobral de Monte Agraço

Revisão: Estela Baptista, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens – Representante da Educação

Versão: Resumida

Índice

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sobral de Monte Agraço	4
1. Introdução	5
2. Metodologias	6
2.1. Elaboração do Diagnóstico Local	6
2.2. Elaboração do Plano Estratégico.....	8
3. Diagnóstico local da realidade infantojuvenil	9
3.1. A demografia e as famílias.....	10
3.2. As crianças e o direito à sobrevivência.....	11
3.3. As crianças e o direito ao desenvolvimento.....	12
3.4. As crianças e o direito à proteção	13
3.5. As crianças e o direito à participação	15
3.6. As crianças e o direito à não discriminação.....	15
3.7. Parentalidade positiva e condições para o seu exercício	15
3.8. Metodologias Participativas	17
3.8.1. Análise SWOT	17
3.8.2. Nuvem de Problemas	20
3.8.3. Árvore de Problemas.....	23
3.8.4. Inquérito por questionário	25
4. Plano Estratégico Local	27
4.1. Fundamentação geral.....	28
4.2. Árvore de Objetivos.....	29
4.3. Eixos de intervenção.....	Erro! Marcador não definido.
4.4. Matriz de Enquadramento Lógico	33
4.5. Cronograma.....	Erro! Marcador não definido.
4.6. Previsão orçamental	Erro! Marcador não definido.
4.7. Modelo de Avaliação.....	Erro! Marcador não definido.
Bibliografia.....	57

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sobral de Monte Agraço

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sobral de Monte Agraço (CPCJ) foi criada tendo por base a Lei 147/99, de 1 de setembro, designada Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), que regula a criação, a competência e o funcionamento das comissões de proteção de crianças e jovens em todos os concelhos do país, determinando que a respetiva instalação seja declarada por portaria conjunta dos Ministros da Justiça e da Segurança Social e do Trabalho.

De acordo com o disposto no n.º 1, artigo 3.º, dessa mesma Lei, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens é uma instituição oficial não judiciária com autonomia funcional. A intervenção para a promoção dos direitos e proteção das crianças e dos jovens em perigo tem lugar quando a pessoa adulta por ela responsável (progenitores, representante legal ou quem tenha a guarda de facto) ponha em perigo a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento, ou quando, não sendo a causadora da situação de perigo, não a consigam remover de modo adequado.

A CPCJ de Sobral de Monte Agraço foi constituída a 18 de junho de 2002, exercendo a sua competência na sede do concelho. A Comissão funciona em modalidade alargada e modalidade restrita.

A Comissão Alargada congrega todos/as os/as representantes das entidades legalmente previstas e todos os elementos cooptados, totalizando 14 membros. À Comissão Alargada cabe um importante papel, quer na promoção dos direitos das crianças e jovens residentes no seu concelho de abrangência, quer na prevenção das situações de perigo. Na modalidade restrita, a Comissão funciona só com 5 membros que foram designados para o efeito, de entre todos os que a compõem. Compete genericamente aos membros da CPCJ, a funcionar na modalidade restrita, a intervenção nas situações sinalizadas como de perigo para a criança ou jovem.

Por fim, importa salientar que, atualmente, a CPCJ encontra-se em instalações provisórias situadas na Estação Central de Camionagem de Sobral de Monte Agraço. Conta com apoio administrativo a tempo parcial e com a Comissária da Educação, que também exerce funções de Secretária da CPCJ, a tempo inteiro.

1. Introdução

A iniciativa da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sobral de Monte Agraço levar a cabo este projeto, deve-se ao desafio da Comissão Nacional que reflete o crescente empenho desta no desenvolvimento de medidas de política para a construção da parentalidade livre de violência e promoção de comportamentos parentais respeitadores dos melhores interesses e direitos da criança, numa lógica comunitária, sistémica e com foco na prevenção.

Um dos princípios orientadores do Projeto Adélia é o desenvolvimento de Planos Locais de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens (PLPPDCJ), que envolvam a participação das crianças e jovens, garantindo estratégias de apoio a uma parentalidade responsável e positiva informadas em evidências. Nesse sentido, a CPCJ de Sobral de Monte Agraço decidiu participar na iniciativa ciente de que esta se mostrará extremamente frutífera na criação de conhecimento que levará, por sua vez, a um planeamento estratégico e sustentado de atividades que terão por objetivo criar um ambiente seguro e propício ao desenvolvimento das nossas crianças e jovens.

Deste modo, importará referir que este documento está dividido em duas partes. Em primeiro lugar, o Diagnóstico Local. Nesta parte do documento, é feito o mapeamento de diversos indicadores, relativos ao concelho de Sobral de Monte Agraço, que direta ou indiretamente são relevantes à infância e juventude. Em segundo lugar, o Plano Estratégico. Nesta parte do documento, é vertida a informação diagnosticada, em particular os problemas sociais que afetam as crianças e jovens, e procurar-se-á dar respostas aos mesmos através do planeamento estratégico de projetos de intervenção social.

Por fim, importa salientar que o Plano Estratégico Local estará em vigor entre 2022 e 2024. Decidiu-se que vigorará apenas durante 3 anos (2022, 2023 e 2024), dado que vivemos num mundo global em que as transformações sociais são cada vez mais frequentes e abruptas, obrigando a que haja um constante diagnóstico e reajustamento das estratégias de intervenção social.

2. Metodologias

2.1. Elaboração do Diagnóstico Local

A elaboração e organização do Diagnóstico Local obedeceu a uma série de procedimentos propostos pelo Projeto Adélia. Importa, no entanto, ressaltar que, devido à realidade local, tornou-se importante levar a cabo algumas alterações metodológicas que se mostraram convenientes para mapear a realidade concelhia.

Assim, como proposto pelo Projeto Adélia, o Diagnóstico Local irá analisar as seguintes dimensões:

- I. A demografia e as famílias
- II. As crianças e o direito à sobrevivência
- III. As crianças e o direito ao desenvolvimento
- IV. As crianças e o direito à proteção
- V. As crianças e o direito à participação
- VI. As crianças e o direito à não discriminação
- VII. Parentalidade positiva e condições para o seu exercício

De salientar que o conteúdo do Diagnóstico Local de Sobral de Monte Agraço é o resultado de várias contribuições recolhidas junto da população e dos *Stakeholders*¹ locais. Esta abordagem valoriza a experiência daqueles que estão mais próximos dos problemas que assolam a infância e a juventude, quer seja porque os vivem na pele ou por trabalharem em instituições que possuem intervenção no terreno. Crê-se, assim, que dar espaço a uma multiplicidade de vozes só poderá enriquecer este documento.

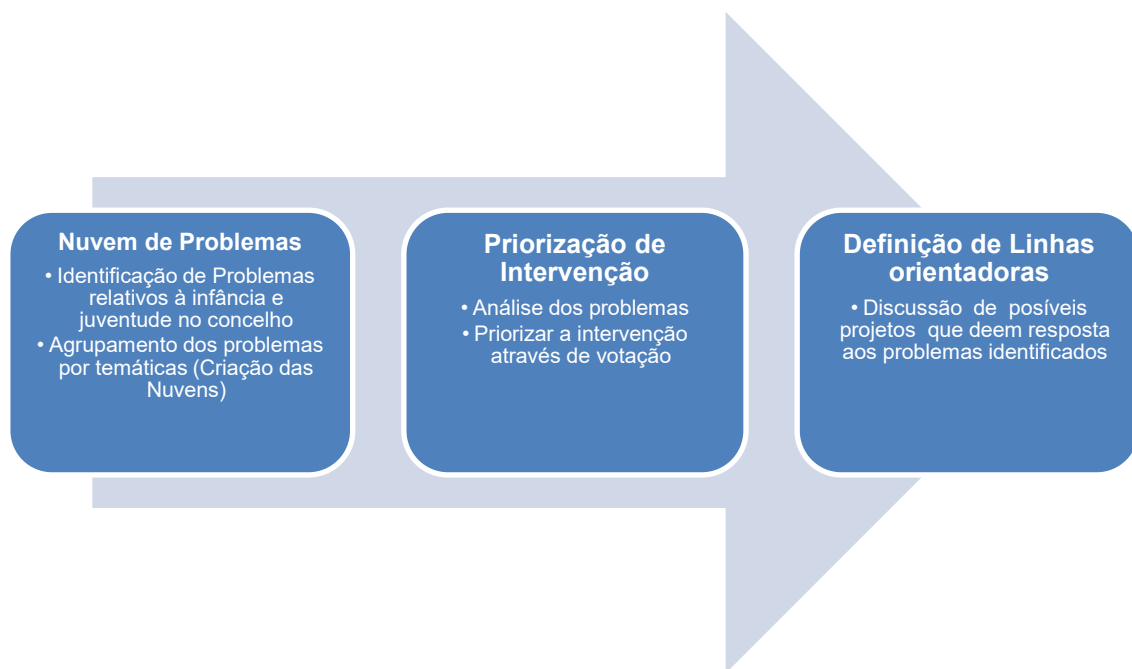
As ferramentas metodológicas de diagnóstico utilizadas foram:

- a) **Recolha/Análise Documental e Estatística** – Esta recolha de informação incidiu em documentos relevantes a nível local, nomeadamente o Diagnóstico Social de 2020, mas também em dados estatísticos primários e secundários² provenientes de fontes nacionais (INE, MTSSS, IEFP, etc) e locais (ex. AEJICS e diversas IPSS's). Esta etapa do trabalho de diagnóstico é extremamente valiosa porque revela, numa primeira instância, alguns fenómenos e problemas sociais concelhios.
- b) **Análise SWOT** – Esta é uma ferramenta de autodiagnóstico que levou os membros da Comissão Alargada a refletir sobre a própria CPCJ de Sobral de Monte Agraço.

¹ *Stakeholders* trata-se de um estrangeirismo que se refere às “partes interessadas”. Termo utilizado nas ciências sociais, mais nomeadamente no âmbito da gestão e avaliação de projetos de intervenção social.

² Dados estatísticos secundários dizem respeito a dados produzidos e/ou compilados por outros serviços ou entidades.

- c) **Inquéritos por questionário** – Os inquéritos por questionário foram aplicados com a colaboração do Agrupamento de Escolas Joaquim Inácio da Cruz Sobral. Foram aplicados a crianças (6-12 anos), a jovens (13-18 anos) e a famílias com crianças. Foram ainda aplicados inquéritos de autodiagnóstico a Entidades concelhias com competências na Infância e Juventude, totalizando 395 inquéritos aplicados.
- d) **Grupo Focal** – Um Diagnóstico Local é tão mais valioso quantas mais contribuições existir relativamente aos problemas sociais que afetam a infância e juventude no concelho. Como tal, foram mobilizados vários *stakeholders* locais, com competências na infância e juventude, para que pudessem dar o seu contributo de diagnóstico através da elaboração de uma **Nuvem Problemas**. Deram também contribuições estratégicas de planeamento, ao priorizar a intervenção nos problemas identificados e ao discutir possíveis projetos, a integrar o Plano Estratégico Local, que possam dar resposta aos problemas identificados.



- e) **Árvore de Problemas** - Esta ferramenta foi aplicada no âmbito de uma Reunião Restrita da CPCJ de Sobral de Monte Agraço. Teve em conta a experiência dos comissários, mas também resulta de informação vertida de todas as outras ferramentas de diagnóstico.

2.2. Elaboração do Plano Estratégico

O Diagnóstico Local, que procura caracterizar e conhecer os fenómenos sociais do concelho relacionados com a infância e juventude, servirá de base à elaboração do Plano Estratégico na segunda fase deste processo.

Nesta segunda fase do processo procura-se elaborar estratégias de intervenção no concelho por forma a dar resposta aos problemas sociais diagnosticados. Note-se que terá fortes implicações no Plano de Ação da CPCJ de Sobral de Monte Agraço e na implementação de diversos projetos. Interessa mencionar que estes documentos não são estáticos nem estanques, pelo que existirá uma retroalimentação, via avaliação dos projetos a realizar, que terá impacto num próximo e eventual Diagnóstico Local.

As ferramentas metodológicas de planeamento e avaliação utilizadas no Plano Estratégico foram as seguintes:

- f) **Árvore de Objetivos** – Foi aplicada no âmbito de uma Reunião Restrita da CPCJ de Sobral de Monte Agraço. Teve em conta a árvore de problemas, dado que é uma imagem-espelho desta. Esta ferramenta mostrou-se particularmente valiosa, pois permitiu identificar eixos de intervenção, bem como criar nexos de causalidade entre os problemas e identificar as variáveis motrizes, onde incidirá, preferencialmente, a intervenção do Plano estratégico Local.
- a) **Matriz de Enquadramento Lógico** – Trata-se de uma ferramenta de sistematização de informação e que tem como desígnio o apoio ao planeamento e gestão dos projetos.
- b) **Cronograma**
- c) **Previsão Orçamental**
- d) **Modelo de Avaliação**



3. Diagnóstico local da realidade infantojuvenil

3.1. A demografia e as famílias

No capítulo referente à demografia e as famílias destaca-se o seguinte:

- De 2001 a 2020 houve um crescimento da população em todas as faixas etárias, menos nos grupos dos 0-4, dos 25-29 e dos 30-34 anos. Apesar do crescimento populacional do concelho estes números são preocupantes face ao crescimento da população idosa.
- O índice de envelhecimento encontra-se a crescer de uma forma preocupante, mas a um ritmo mais baixo que a média nacional.
- As mulheres do concelho de Sobral de Monte Agraço têm o 1º filho cada vez mais tarde. Isso contribuirá negativamente para a taxa bruta de natalidade e, conseqüentemente, para que tenham menos filhos.
- Com exceção de 2017, é possível verificar que a população estrangeira é muito importante para a demografia concelhia. Em 2020, por exemplo, 9% dos nados-vivos concelhios eram filhos de mães estrangeiras.
- Durante o período intercensitário, de 2001 e 2011, assistiu-se a um acentuar do número de famílias monoparentais, sendo as mulheres, na sua maioria, a assumir o papel de principais cuidadoras das crianças.
- Relativamente ao número crescente de agregados unipessoais, torna-se imperativo agir na socialização dos indivíduos. Os indivíduos anómicos³, sem grandes relações interpessoais fora da sua rede de contactos primária, poderão perpetuar comportamentos que são menos aceites socialmente. Refira-se aqui o exemplo de muitas avós que surgem como rede de apoio ao cuidado das crianças e cujo modelo de educativo poderá estar desadequado à sociedade contemporânea. Argumenta-se, portanto, que indivíduos devidamente socializados estarão a par dos valores e padrões da sociedade e que isso terá impacto no cuidado às crianças.

³ Indivíduos que devido ao enfraquecimento dos vínculos sociais possuem um desfasamento moral e normativo relativamente à restante sociedade.

3.2. As crianças e o direito à sobrevivência

No capítulo referente às crianças e o direito à sobrevivência destaca-se o seguinte:

- Desde 2015, assistiu-se a um crescimento paulatino do pessoal ao serviço das empresas do concelho de Sobral de Monte Agraço.
- Tendo por base o indicador “*Remuneração base média mensal*” é possível referir que as mulheres, na média do período de referência, ganharam menos que os homens em todos os setores de atividade económica, com a exceção do setor da Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca.
- O ganho médio mensal das mulheres concelhias aumentou no período de referência, contudo a disparidade relativamente aos homens também sofreu um agravamento.
- Indicadores como o ganho médio mensal e a remuneração base média mensal são particularmente importantes na análise feita neste documento. O diagnóstico mostra factualmente que as mulheres recebem tipicamente menos no mercado de trabalho, o que leva a que estejam ainda mais desprotegidas em situação de desemprego⁴. Tudo isto se torna particularmente relevante porque são as principais cuidadoras das crianças e, na esmagadora maioria dos casos, as responsáveis pelas crianças no seio das famílias monoparentais.
- No concelho de Sobral de Monte Agraço, assistiu-se a uma feminização do desemprego concelhio desde o último trimestre de 2020.
- A pandemia teve a influência de aumentar o número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção. De salientar ainda que no 1º Semestre de 2021 32,48% dos beneficiários tinham menos de 18 anos.
- Quanto à licença parental inicial, é de salientar o aumento da relação entre a licença parental masculina e feminina. Este é um sinal animador, pois mostra uma maior participação dos pais na vida familiar e nos cuidados aos filhos.
- Programas como o POAPMC e, em tempos de pandemia, o *Sobral SOS Alimentar* mostraram-se e mostram-se como muito importantes no concelho, dado que contribuíram para a alimentação de 81 crianças.

⁴ O cálculo do subsídio de desemprego que é igual a 65% da remuneração de referência. Isto significa que salários mais baixos para as mulheres no mercado de trabalho tenham fortes implicações no subsídio de desemprego.

- No acesso à saúde, é de salientar que foram emitidos, no último ano letivo, 310 cheques-dentista que podem ser utilizados em 3 clínicas do concelho.
- Nos inquéritos por questionário, as crianças referem que os pais são diligentes e que as levam ao médico. Mencionam também que os médicos se esforçam por lhes explicar a terapêutica, mas que nem sempre conseguem compreender o que lhes é comunicado.
- A mortalidade infantil concelhia mostra-se abaixo da média nacional desde 2011. De destacar ainda que, entre 2011 e 2015, não se registou nenhuma morte de crianças no concelho de Sobral de Monte Agraço

3.3. As crianças e o direito ao desenvolvimento

No capítulo referente às crianças e o direito ao desenvolvimento, destaca-se o seguinte:

- Segundo o AEJICS, os alunos estrangeiros representam 5,6 da população estudantil.
- Os alunos com necessidades educativas especiais representam 11,4%.
- A taxa de cobertura da Cooperação Standardizada⁵ de creche era de 91,1% em outubro de 2020.
- Quanto à taxa bruta de pré-escolarização, esta mostra-se inferior à média nacional, mas com tendência à convergência.
- Pela positiva, poder-se-á destacar a taxa bruta de escolarização no ensino básico, que se mostra muito próxima dos 100%.
- O ensino básico concelhio é vocacionado para o ensino regular e mostra uma taxa de transição positiva, pois nunca foi inferior a 91,6%, contudo essa mesma taxa de transição mostra-se, de forma consistente, abaixo da média nacional.
- O 3º Ciclo mostra-se de forma perene, com exceção para o ano de 2019/2020, como o ciclo do ensino básico com piores resultados relativamente à taxa de transição.
- A baixa taxa bruta de escolarização do ensino secundário concelhio dever-se-á ao êxodo de alunos para concelhos com oferta formativa mais atrativa.

⁵ Apoio estatal, no âmbito de um acordo com a IPSS, para desempenhar funções de cuidados à crianças.

- No que toca à taxa de transição/conclusão do ensino secundário, é de salientar que os dados concelhios estão a par da média nacional, superando até a média nacional nos cursos gerais/científicos, com exceção do ano letivo 2019/2020.
- No período de referência, 2015 a 2020, o número de alunos por computador aumentou de forma assinalável. Isto aponta para uma redução significativa dos recursos informáticos, dado que não houve alteração de monta no número de alunos matriculados.

3.4. As crianças e o direito à proteção⁶

No capítulo referente às crianças e o direito à proteção destaca-se o seguinte:

- O comportamento dos processos instaurados mostrou-se extremamente fluído desde 2014, contudo com uma tendência para o aumento. Já as reaberturas sofreram uma queda abrupta após 2014 e mostram-se estabilizadas, de grosso modo, nos 20% do total de processos iniciados.
- Existe uma masculinização dos processos instaurados na CPCJ de Sobral de Monte Agraço, dado que 54% dizem respeito a crianças/jovens do sexo masculino. Essa tendência agrava-se para 63% quando nos referimos à reabertura de processos.
- Numa análise por faixas etárias, é possível verificar uma prevalência das faixas 11-14 e 15-17 anos, relativamente aos processos instaurados, uma vez que juntas representam 45% da distribuição. Essa tendência agrava-se para 64% nas reaberturas de processos.
- A propósito das entidades sinalizadoras, 57,7% dos processos instaurados devem-se a comunicações das autoridades policiais (GNR) ou do AEJICS. Nos processos reabertos, o peso aumenta para 60,2%, sendo que o AEJICS passa a ser o principal sinalizador.
- As crianças/jovens do **sexo masculino** são sinalizadas sobretudo por Exposição a comportamentos que possam comprometer o seu bem-estar e desenvolvimento, mais nomeadamente a *Violência doméstica, Negligência e Comportamentos graves anti-sociais e/ou de indisciplina*.

⁶ Os dados relativos a 2021 refletem apenas a realidade até 31 de agosto.

- As crianças/jovens do **sexo feminino** são sinalizadas sobretudo por Exposição a comportamentos que possam comprometer o seu bem-estar e desenvolvimento, mais nomeadamente a *Violência doméstica*, *Negligência* e *Absentismo escolar*.
- Analisando as problemáticas por faixa etária, é possível verificar que a *violência doméstica* e a *negligência* são transversais a todas as idades.
- Quanto mais jovens as crianças, mais tendência têm de ser sinalizadas devido a comportamentos de terceiros, quer sejam os pais ou outros titulares das responsabilidades parentais.
- Ao passo que a idade das crianças/jovens vai avançando, as sinalizações devido a comportamentos de terceiros vão perdendo a sua força relativa e, em sentido contrário, as sinalizações que ganham mais força devem-se, sobretudo, a comportamentos que podem ser atribuídos aos próprios jovens.
- As vítimas concelhias de violência doméstica são essencialmente mulheres que sofrem, na maior parte dos casos, violência psicológica e física por parte do cônjuge ou análogos.
- Quanto às Medidas de Promoção e Proteção, provisórias e definitivas, a mais comum é o “*apoio junto dos pais*”.
- No período de referência, 2011 a 2021, só se recorreu ao acolhimento residencial por 14 vezes, sendo em todos os casos crianças/jovens do sexo masculino.
- 84,2% dos processos na CPCJ de Sobral de Monte Agraço foram arquivados em fase pós-preliminar.
- Na fase preliminar, os motivos de arquivamento mais comuns foram: “*A Situação de Perigo não se Confirma*” e “*Remessa de Processo a Tribunal - Ausência de Consentimento para Intervenção*”.
- Na fase pós-preliminar, os motivos de arquivamento mais comuns foram: “*A Situação de Perigo já não Subsiste*” e “*Remessa a MP - Não Cumprimento Reiterado do Acordo de Promoção e Proteção*”.

3.5. As crianças e o direito à participação

No capítulo referente às crianças e o direito à participação destaca-se o seguinte:

- A propósito do associativismo, importa referir que o concelho de Sobral de Monte Agraço possui duas Associações de Estudantes, uma referente ao AEJICS e outra ao ensino superior (UNIR). Os jovens envolvidos são 11 raparigas e 7 rapazes e têm idades compreendidas entre os 17 e 21 anos.
- Ainda no que toca ao direito à participação, salienta-se que os jovens, mas sobretudo as crianças, sentem que a sua voz é ouvida essencialmente em casa, junto dos progenitores. Contudo, ambos sentem que são incluídos nas conversas sobre os fins de semana e as férias.

3.6. As crianças e o direito à não discriminação

No capítulo referente às crianças e o direito à não discriminação destaca-se o seguinte:

- As entidades concelhias afirmam que funcionam tendo por base o respeito o direito à não discriminação.
- 49,4% dos jovens garante que os espaços que usa habitualmente para a brincadeira e lazer são acessíveis a crianças com deficiência.

3.7. Parentalidade positiva e condições para o seu exercício

No capítulo referente à parentalidade positiva e condições para o seu exercício destaca-se o seguinte:

- Os progenitores afirmam que nem sempre têm tempo para brincar com as suas crianças. Apenas 16 (em 96) referem inequivocamente que o conseguem fazer.
- Os progenitores revelam que gostam de levar as crianças a passear pela natureza, deixando que estas possam explorar e brincar com paus, terra e areia.
- Os progenitores revelam que não existe um grande envolvimento das suas crianças em atividades associativas.
- A maioria dos progenitores declara que tem em consideração a opinião das crianças no que toca ao planeamento do fim de semana. A esmagadora maioria (93,8%) declara ainda que também que tem por hábito falar com as suas crianças e ter em conta os seus pensamentos e sentimentos.
- A maioria dos progenitores não sente que as suas crianças possam ir para a escola no autocarro de forma segura.

- O mesmo se passa relativamente ao *bullying*, dado que apenas 37 dos 96 inquiridos concorda que nunca bateram nas suas crianças.
- Num dado ainda mais preocupante, apenas 27 dos 96 inquiridos afirmam nunca ter batido nas suas crianças. Dado o tamanho da amostra, significa que 7 em cada 10 inquiridos já bateram nas suas crianças em dado momento.
- Os progenitores mostram-se um pouco indulgentes no que toca à alimentação das crianças/jovens, dado que apenas 20 concordam inequivocamente que as suas crianças só comem doces e alimentos menos saudáveis em situações excecionais.
- Apesar do facto constatado acima, a maioria dos pais afirma que tenta preparar refeições saudáveis e nutritivas, juntando a família toda à mesa por forma a estimular as sociabilidades com as suas crianças.
- 30,2% dos inquiridos menciona que teve de colocar as suas crianças na creche ainda com poucos meses de vida por terem que ir trabalhar.
- Quanto à vida familiar, os inquiridos revelam andar constantemente cansados e stressados, sendo que raramente têm tempo para fazer tudo o que querem fazer. Isso traz implicações para a vida familiar e tem efeitos negativos na relação com as crianças/jovens.

3.8. Metodologias Participativas

3.8.1. Análise SWOT

A análise SWOT trata-se de uma matriz de autodiagnóstico participativo. Esta matriz tem como objetivo sinalizar fatores endógenos (forças e fraquezas) e exógenos (oportunidades e ameaças) que influenciam a CPCJ de Sobral de Monte Agraço.

Durante a elaboração da análise SWOT, no âmbito de uma reunião alargada, os diversos interlocutores procuraram formas de potenciar as forças da CPCJ e de superar as suas fraquezas, mas também formas de aproveitar oportunidades de modo a minorar as ameaças à eficiência do trabalho desenvolvido.

Por fim, no que toca à análise SWOT, importa referir que esta ferramenta teve uma importância acrescida pelo facto de permitir identificar problemas que figuram posteriormente na árvore de problemas. Isto significa não só que terá impacto numa fase de diagnóstico mas também uma fase de planeamento estratégico, como é o caso do Plano Estratégico.

Análise SWOT

	Forças	Fraquezas
Fatores Endógenos	<ul style="list-style-type: none"> Bom trabalho de equipa Formação dos representantes da Comissão Restrita Empenho e boa vontade dos membros da Comissão Restrita Boa articulação com a Comissão Alargada “ Amor à camisola ” – Forte empenho na causa da CPCJ Disponibilidade dos membros da Comissão Restrita Melhoria das condições de trabalho, nomeadamente a nível das instalações e equipamento informático 	<ul style="list-style-type: none"> Ligação com o Ministério Público Tempo disponível dos representantes para a CPCJ Escassez de tempo afeto aos membros Falta de recursos materiais (ex. meio de transporte próprio para realização de diligências) Não ter a tempo inteiro os comissários da Saúde e da Segurança Social Poucos meios para uma proteção mais eficaz Dificuldade de aplicação das forças no terreno O conteúdo das reuniões alargadas estão longe do foco principal (as crianças) Falta de tempo da Restrita para tratar devidamente todos os processos Pouca divulgação do trabalho da CPCJ Excesso de burocracia no trabalho dos processos Poucos recursos didáticos Pouco dinamismo da Comissão Alargada

	Oportunidades	Ameaças
Fatores Exógenos	<ul style="list-style-type: none"> • Vasta oferta formativa • Pequena dimensão do concelho permite conhecer melhor as pessoas e as instituições • Relação de proximidade entre instituições e de facilidade de contacto • Boa articulação com Ação Social da Câmara e a RLIS de Matacães • Relação com a Comissão Nacional é uma mais-valia • Apoio da Rede Social • Boa articulação com o Município • Interligação da CPCJ com a comunidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de acompanhamento/participação por parte do Ministério Público • Escassez de recursos ao nível do acompanhamento psicológico e pedopsiquiátrico • Contexto pandémico • O baixo número de instituições com respostas adequadas • A atividade profissional dos elementos da Comissão Alargada não se compadece com o tempo legalmente previsto para o desempenho destas funções • Casos sinalizados tardiamente • As formações por vezes são em horas incompatíveis com a atividade profissional dos membros • Falta de Respostas de ATL a partir do 2º ciclo de escolaridade • Poucas respostas para as crianças no concelho (ex. creche para crianças mais pequenas)

3.8.2. Nuvem de Problemas

A nuvem de problemas trata-se de uma ferramenta de diagnóstico participativo. Como tal, foi aplicada em reuniões com diversos Stakeholders com competências na área da infância e juventude.

A aplicação da nuvem de problemas teve vários momentos:

1. Os Stakeholders identificaram os problemas que afetam as crianças e jovens do concelho de Sobral de Monte Agraço. Alertou-se para a necessidade destes deverem ser problemas reais, perenes e que possam eventualmente ser sustentados por dados documentais e/ou estatísticos.
2. Os problemas foram posteriormente agrupados por áreas (nuvens) de afinidade para que pudessem, eventualmente, ser utilizadas como base para um eixo de intervenção do Plano Estratégico.
3. Por último, teve lugar a hierarquização dos problemas, através da atribuição de pontos pelos participantes, de forma a escrutinar os 3 principais problemas que consideram de intervenção prioritária.

Salienta-se que estas duas reuniões, uma em horário laboral e outra em horário pós-laboral, tiveram uma enorme importância no âmbito do diagnóstico, mas também no âmbito do planeamento estratégico, uma vez que os Stakeholders foram convidados a sugerir projetos que resolvessem os problemas que identificaram e consideraram prioritários.

Parentalidade positiva	
Realização de poucas atividades que estimulem a parentalidade positiva	Desorganização e falta de higiene habitacional
Falta de competências parentais	Relações intrafamiliares pautadas por conflito (violência doméstica)
Ausência de rotinas claras no seio da família	Falta de limitação na exposição a conflitos familiares
Comportamentos desajustados dos pais	Fraca qualidade de comunicação entre pais separados
Fraca adesão dos pais no acompanhamento das rotinas das crianças e jovens	Poucos cuidados com a higiene das crianças (ex. higiene corporal, pediculose, etc.)
Fraca capacidade de gestão do orçamento familiar	

Ocupação dos tempos livres	
Pouca oferta de ocupação dos tempos livres	Poucas respostas de ocupação de tempos livres com atividades lúdicas, desportivas e/ou culturais
Ausência de respostas de ocupação de tempos livres para os jovens nas férias letivas	Poucos recursos de apoio lúdico

Impacto social da dependência tecnológica	
Alunos com excessiva dependência das tecnologias	Falta de limitação no acesso às tecnologias sem intenção pedagógica
Alunos isolados culturalmente	

Acesso à saúde
Pouca acessibilidade a saúde oral
Falta de médicos de família

Serviço de creche
Serviço de creche aquém do necessário
Ausência de resposta de creche fora da sede do concelho

Relações interpessoais
Comportamentos recorrentes de <i>bullying</i>
Falta de empatia entre as crianças/jovens

Sem grupo
Conflitos relacionais interpessoais entre alunos e professores
Poucas alternativas na rede de transportes públicos
Falta de espaço de apoio ao estudo

Priorização	Votos
Pouca oferta de ocupação dos tempos livres	9
Relações intrafamiliares pautadas por conflito (violência doméstica)	7
Ausência de rotinas claras no seio da família	4

Grupo 1 - Manhã

Parentalidade Positiva	Ocupação dos Tempos Livres		Rede de transportes públicos		Impacto social da dependência tecnológica		Relações interpessoais		Priorização	Votos	
Falta de apoio familiar no apoio às crianças e jovens	Falta de oferta de atividades extracurriculares de teatro e de teatro musical	Poucos centros de atividades para depois das aulas	Escassez de transportes de e para as aldeias	Inexistência de redes de transporte em horário pós-laboral	Elevado sedentarismo	Elevada solidão dos jovens	Falta de respeito pelas hierarquias e regras impostas	Influências negativas das companhias	Elevado <i>bullying</i> (que pode levar ao isolamento)	8	
Dificuldades de conciliação entre os horários de trabalho dos pais e as rotinas das crianças	Falta de ocupação de férias com programas culturais e atividades físicas	Escassez de atividades no verão para os jovens/crianças	Sem grupo				Elevado <i>bullying</i> (que pode levar ao isolamento)			Elevadas dificuldades de comunicação entre as crianças e jovens e os seus pais/professores	5
Elevadas dificuldades de comunicação entre as crianças e jovens e os seus pais/professores								Falta de apoios económicos a crianças para a prática desportiva	Dificuldades de inclusão de crianças e jovens com deficiência		

Grupo 2 - Tarde

3.8.3. Árvore de Problemas

A árvore de problemas trata-se de uma ferramenta de diagnóstico que permite a melhor compreensão dos problemas sociais. Esta ferramenta visual ajuda a ilustrar a interdependência entre os vários problemas sociais permitindo, portanto, estabelecer relações causais e a identificar as causas em vez de apenas os sintomas.

Uma árvore de problemas é composta por:

- **Ramos:** efeitos de não intervenção
- **Tronco:** problema central
- **Raízes:** problemas que são causas do problema geral. Os problemas de 1º nível são considerados as principais causas do problema central. Já os que aparecem mais abaixo na árvore, sem outros problemas a contribuírem para a sua existência, são considerados os problemas raiz.

Quanto à leitura desta ferramenta, deverá ser sempre feita no sentido das relações de causalidade. Ou seja, de baixo para cima. (problemas raiz → problemas de 2º nível → problemas de 1º nível → problema central → efeitos de não intervenção).

É da maior importância salientar que esta árvore de problemas foi elaborada pela Comissão Restrita, mas sempre tendo em conta os dados estatísticos recolhidos e as metodologias participativas, como a Análise SWOT, a Nuvem de Problemas e o Inquérito à população. Esta multiplicidade de fontes de diagnóstico oferece uma maior robustez à árvore e permite, através da triangulação de informações, reforçar a pertinência de problemas diagnosticados.

3.8.4. Inquérito por questionário

Com o inquérito por questionário tomou-se a opção metodológica de levar a cabo uma recolha alargada de contributos, mais nomeadamente: das crianças, dos jovens, das famílias e das entidades concelhias com competências no âmbito da infância e juventude.

Relativamente à aplicação do inquérito às **crianças (6-12 anos)**, e em virtude da pandemia de COVID-19, foi necessário optar por aplicar o inquérito via *online*, pedindo a colaboração do Agrupamento de Escolas Joaquim Inácio da Cruz Sobral para que se aplicasse o inquérito por questionário em contexto de aula. Conseguiu-se, deste modo, obter 203 respostas válidas. Esta é já uma amostra significativa, uma vez que numa amostra probabilística este número de respostas estaria associado a um intervalo de confiança de 95% e uma margem de erro de 6%⁷.

Quanto à aplicação do inquérito aos **jovens (13-18 anos)**, e em virtude da pandemia de COVID-19, também foi necessária a colaboração do Agrupamento de Escolas Joaquim Inácio da Cruz Sobral para que se aplicasse o inquérito por questionário em contexto de aula. Conseguiu-se, deste modo, obter 83 respostas válidas. Apesar de não ser ideal, considera-se que é um número significativo, uma vez que numa amostra probabilística este número de respostas estaria associado a um intervalo de confiança de 95% e uma margem de erro de 10%⁸.

No que toca à aplicação do inquérito às **famílias com filhos**, solicitou-se a colaboração do Agrupamento de Escolas Joaquim Inácio da Cruz Sobral, da Associação Popular, da Associação de Pais e do Município na divulgação do inquérito por questionário. Conseguiu-se, deste modo, obter 96 respostas válidas, o que numa amostra probabilística estaria associado a um intervalo de confiança de 95% e uma margem de erro de 10%⁹.

Aplicaram-se ainda inquéritos a **entidades concelhias com intervenção no âmbito da infância e juventude**, conseguindo 13 respostas válidas. Apesar do número de respostas reduzido, considera-se satisfatório tendo em conta a dimensão do concelho.

Importará, ainda, tecer algumas considerações relativamente à aplicação dos inquéritos por questionário: em primeiro lugar, torna-se necessário reconhecer as limitações deste tipo de amostra. É impossível extrapolar de uma **amostra por**

⁷ Tendo em conta um universo de 1091 de crianças entre os 5 e os 14 anos, segundo dados do INE.

⁸ Tendo em conta um universo de 1224 de crianças entre os 10 e os 19 anos, segundo dados do INE.

⁹ Tendo em conta um universo de 3060 de famílias clássicas com pelo menos dois elementos, segundo dados do INE.

conveniência e, portanto, não-probabilística. Isto significa, portanto, que as conclusões retiradas dos inquéritos por questionário só poderão ser vistas como representações relativamente fiéis da amostra, não havendo garantias que estes resultados pudessem vir a ser replicados, com mais ou menos fiabilidade, no universo concelhio. Em segundo lugar, no que toca aos inquéritos às famílias com filhos, dado o carácter facultativo, e sendo de aplicação *online*, pode dizer-se que houve *a priori* um pequeno enviesamento da amostra. Isto significa que, à partida, as famílias concelhias não tinham todas a mesma probabilidade de responder ao inquérito por questionário, quer por motivos de interesse dos mesmos ou por acesso - ou falta dele - às novas tecnologias. Em terceiro lugar, há que reconhecer algumas dificuldades na aplicação dos inquéritos, nomeadamente às crianças e jovens. Através das perguntas de resposta aberta, as crianças e jovens teceram comentários relativamente à extensão dos inquéritos, bem como à complexidade das questões. Importa, por fim, reconhecer que, apesar das suas limitações, os inquéritos por questionário mostraram-se uma ferramenta de diagnóstico extremamente útil, particularmente porque foram a principal fonte de contributo das crianças e jovens ao Projeto Adélia.



4. Plano Estratégico Local

27

4.1. Fundamentação geral

A primeira parte deste documento, o Diagnóstico Local, permitiu traçar realidade infantojuvenil no concelho de Sobral de Monte Agraço. Através de diversas metodologias, procedeu-se à identificação de diversos problemas sociais que têm um impacto negativo no crescimento e desenvolvimento das crianças/jovens concelhios.

Esta segunda parte do documento, o Plano Estratégico Local, vem tentar dar resposta aos problemas sociais diagnosticados na fase anterior. Este é um documento de planeamento estratégico que surge de um processo de negociação conjunta, nomeadamente com entidades com competências na infância e juventude.

É de salientar que esta parte do documento foi planeada com muita sobriedade e sensatez, uma vez que, devido aos escassos recursos económicos e humanos, o planeamento que consta nesta fase do documento terá que ter em conta a exequibilidade das atividades a que esta CPCJ se propõe a dinamizar. Como tal, houve uma preocupação de criar metas razoáveis e atividades realmente exequíveis que pudessem melhorar a vida das crianças e jovens sobralenses.

4.2. Árvore de Objetivos

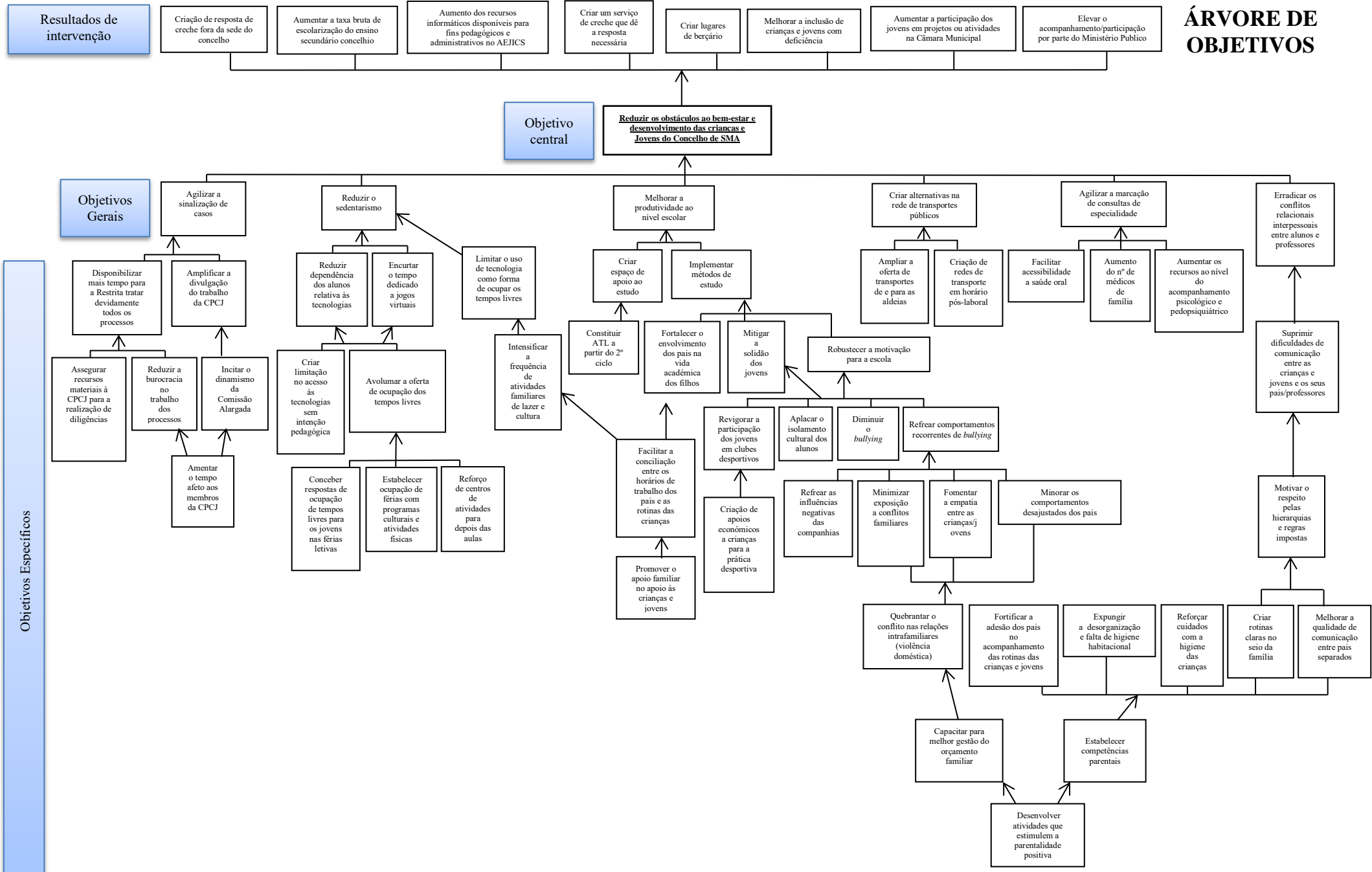
Esta é uma ferramenta que diz respeito ao planeamento de projetos e trata-se de uma imagem-espelho da árvore de problemas. Consiste, portanto, em reformular os problemas pela positiva.

Esta árvore, tal como a de problemas, admite verificar as relações de interdependência entre os vários objetivos. Este é um facto de extrema importância, pois permite compreender os diversos objetivos que se afeta com as atividades previstas no Plano Estratégico Local.

Dada esta relação de interdependência e causalidade entre os objetivos que figuram na árvore, é importante salientar que a escolha das variáveis motrizes¹⁰ deverá passar, sempre que possível, pelos objetivos raiz (os mais abaixo na árvore). Isto porque a persecução desses objetivos levará a resolver, total ou parcialmente, um maior número de problemas.

¹⁰ As variáveis motrizes dizem respeito a objetivos que são considerados estratégicos para a intervenção social no concelho. A intervenção nestas variáveis implicará não só a resolução do problema que a causou, mas também dos problemas que lhe estejam associados.

ÁRVORE DE OBJETIVOS



Objetivos Específicos

4.3. Eixos de intervenção

Eixo 1 - Eficiência organizacional e promoção da CPCJ

O primeiro eixo estratégico passará por uma intervenção no âmbito do Direito à Proteção das crianças/jovens do concelho de Sobral de Monte Agraço e, portanto, localizada na própria CPCJ e na imagem que esta tem na comunidade. Tem-se, portanto, como pressuposto, que uma maior divulgação do trabalho da CPCJ na comunidade levará a uma agilização da comunicação de casos perigo. Crê-se que, deste modo, será possível trabalhar os processos de forma mais eficiente e maximizar os impactos positivos na vida das crianças/jovens.

Eixo 2 - Combate ao sedentarismo e à dependência tecnológica

O segundo eixo estratégico, no âmbito do Direito ao Desenvolvimento das Crianças e Jovens concelhios, tem como propósito combater o sedentarismo das crianças e a dependência tecnológica. Pretende-se conseguir este objetivo através da socialização das crianças/jovens, com atividades lúdicas, desportivas e culturais.

Eixo 3 - Incrementar a produtividade escolar

O terceiro eixo estratégico, também no âmbito do Direito ao Desenvolvimento das Crianças e Jovens concelhios, tem como propósito melhorar o aproveitamento escolar dos alunos do concelho de Sobral de Monte Agraço. Contudo ter-se-á em conta uma abordagem que se pode considerar, sobretudo, social. Quer-se com isto dizer que se pretende robustecer a motivação das crianças/jovens, relativamente aos estudos, estimulando a socialização secundária, ao integrá-los especificamente em desportos de cariz coletivo, por forma a mitigar a sua solidão. Assume-se, portanto, que o insucesso escolar se deve a fenómenos que produzem efeitos negativos na socialização das crianças/jovens, nomeadamente: solidão, sofrer ou praticar *bullying*, comportamentos antissociais, exposição a conflitos familiares, etc..

Eixo 4 – Facilitar o acesso a cuidados de saúde

O quarto eixo estratégico, que decorrerá no âmbito do Direito à Sobrevivência, tem como propósito facilitar o acesso das crianças/jovens aos cuidados de saúde, nomeadamente à saúde oral. Pretende-se, deste modo, dar acesso a cuidados de saúde

que não estão acessíveis no concelho de Sobral de Monte Agraço ou que, estando acessíveis, mostram tempos de resposta insatisfatórios e pouco ágeis.

Eixo 5 - Estimular as competências parentais e a qualidade das relações interpessoais

Com o quinto eixo estratégico, que possui uma intervenção no Direito à Participação, pretende-se estimular e fortalecer as competências parentais no concelho de Sobral de Monte Agraço. Pretende-se, com as atividades a desenvolver no âmbito deste eixo, criar um ambiente saudável para o desenvolvimento das crianças/jovens, livre de violência, com comportamentos ajustados e comunicação eficiente com os seus pais e professores.

Quanto aos eixos de intervenção, importa salientar duas noções: em primeiro lugar, a criação dos eixos de intervenção, bem como de todo o planeamento estratégico deste documento, tem em conta a precisão de dar resposta às necessidades e problemas plasmados na fase de diagnóstico. Contudo, também há que ter em conta os restantes documentos concelhios já produzidos que já preveem intervenção nesses âmbitos, bem como a exequibilidade das atividades. Como tal, e apesar de ter sido diagnosticado esse problema, a CPCJ irá abster-se de intervir nas questões relacionadas com transportes, até por se crer que não é uma situação de risco para a população infantojuvenil. Por último, é de salientar que a intervenção prevista neste Plano Estratégico Local tem por base a parentalidade positiva e a ativação de uma socialização positiva como forma de reduzir os obstáculos ao bem-estar e desenvolvimento das crianças/jovens do concelho. Crê-se, portanto, que muitos dos casos sinalizados possuem causas sociais. Como tal, torna-se imperativo atuar nos problemas sociais, de forma preventiva, para melhorar as condições de vida de todas as crianças/jovens do concelho de Sobral de Monte Agraço.

4.4. Matriz de Enquadramento Lógico

No que toca à Matriz de Enquadramento Lógico (MEL), importa salientar que esta é uma ferramenta de sistematização de informação e que terá como desígnio o apoio ao planeamento e gestão dos projetos. Esta matriz, tal como mencionam (Ranchordas & Carvalho, 2007), deverá conter os seguintes elementos:

- **Objetivo geral** – Que indica o objetivo sectorial mais abrangente.
- **Objetivo Específico** – Define as mudanças que se pretende alcançar junto da população ou do problema.
- **Resultados** – Referem-se às estratégias, às ações e meios utilizados para realizar o objetivo e que são indicadas através de resultados concretos.
- **Metas** – Dimensões temporais, espaciais e quantitativas dos resultados que se esperam obter.
- **Indicadores de resultados** – Medidas específicas e verificáveis dos resultados.
- **Fontes de verificação** – Eventos ou registos onde se irão obter os indicadores.
- **Pressupostos** – Fatores externos que afetam o projeto e que estão fora da governabilidade dos seus gestores e executores.
- **Atividades** – Ações a realizar para que cada objetivo seja alcançado.

Objetivo Geral 1: Agilizar a sinalização de casos				
Objetivo específico 1	Metas	Indicadores de resultados	Fontes de Verificação	Pressupostos
Incitar o dinamismo da Comissão Alargada	Até ao final de 2024 aumentar o dinamismo da Comissão Alargada	Taxa de execução	Relatório de execução	- Interesse dos membros da Comissão Alargada da CPCJ SMA
<p>Resultados: (estratégias) R.1. Fomentar o interesse e o dinamismo da Comissão Alargada da CPCJ de SMA</p>	<ul style="list-style-type: none"> - 12 Reuniões Alargadas descentralizadas/ano - 4 Reuniões de parentalidade positiva/ano 	<ul style="list-style-type: none"> -nº de Reuniões Alargadas descentralizadas realizadas -nº de reuniões realizadas 	Relatório de Monitorização	<ul style="list-style-type: none"> - Disponibilidade dos membros da Comissão Alargada em receber as reuniões nas suas instalações - Disponibilidade de transporte para as reuniões alargadas - Disponibilidade de espaço para as reuniões - Interesse dos diversos Stakeholders¹¹ em participar nas reuniões de parentalidade positiva
<p>Atividades: A.1.1. Realizar as reuniões da Comissão Alargada descentralizadas A.1.2. Realizar reuniões com diversas entidades de forma a discutir a parentalidade positiva e outras questões pertinentes – “Café, conversa e conexão”</p>				

¹¹ Até Stakeholders que não pertençam à Comissão Alargada

Objetivo Geral 1: Agilizar a sinalização de casos

Objetivo específico 2	Metas	Indicadores de resultados	Fontes de Verificação	Pressupostos
Amplificar a divulgação do trabalho da CPCJ	Até ao final de 2024 Amplificar a divulgação do trabalho da CPCJ	Taxa de execução	Relatório de execução	- Interesse e dinamismo dos membros da Comissão Alargada da CPCJ SMA
Resultados: (estratégias) R.2. Dar a conhecer à comunidade o trabalho da CPCJ	- 1 Sessão de Esclarecimento/ano - 1000 Folhetos entregues/ano	-nº de sessões de esclarecimento realizadas -nº de folhetos entregues	Relatório de Monitorização	- Disponibilidade dos membros da Comissão Alargada em dinamizar as sessões de esclarecimento - Convite a todas as entidades com competências na infância e Juventude a comparecer nas sessões de esclarecimento. - Articulação com o Município, Gabinete de Comunicação e Imagem, para a elaboração dos folhetos
Atividades: A.2.1. Realizar Sessões de esclarecimento à comunidade sobre o funcionamento da CPCJ A.2.2. Elaborar folhetos informativos, sobre o trabalho da CPCJ, com a finalidade de entregar a cada encarregado de educação no início dos anos letivos				

Objetivo Geral 2: Reduzir o sedentarismo				
Objetivo específico 3	Metas	Indicadores de resultados	Fontes de Verificação	Pressupostos
Avolumar a oferta de ocupação dos tempos livres	Até ao final de 2024 avolumar a oferta de ocupação dos tempos livres	Taxa de execução	Relatório de execução	Interesse das famílias, bem como das crianças/jovens
<p>Resultados: (estratégias) R.3. Criar atividades de ocupação dos tempos livres</p>	<p>- Até ao final de 2024 criar espaço de relaxamento no AEJICS</p> <p>- 4 atividades lúdicas/ano</p> <p>- 1 sessão de esclarecimento/por período letivo</p>	<p>- nº de salas de relaxamento criadas</p> <p>- nº de atividades lúdicas realizadas</p> <p>- nº de sessões de esclarecimento realizadas</p>	Relatório de Monitorização	<p>- Existência de uma sala disponível para criação da sala de relaxamento</p> <p>- Interesse e articulação com a Biblioteca Municipal e a UEAS, mais nomeadamente com o Programa Municipal de Promoção da Parentalidade “(Des)Envolver Famílias”</p> <p>- Existência de uma sala disponível para a dinamização das sessões de esclarecimento, disponibilidade de oradores e articulação com entidades Locais e APEAVES para a dinamização do programa “Conhecimento do Mundo”</p>
<p>Atividades:</p> <p>A.3.1. Criar espaço de relaxamento no AEJICS</p> <p>A.3.2. Criar atividades lúdicas¹²</p> <p>A.3.3. Criação de programa “Conhecimento do Mundo” – (Sessões de esclarecimento sobre Literacia Financeira, oratória, primeiros socorros, nutrição, etc)</p>				

¹² Realização de 2 Jogos de tabuleiro modernos, ao longo de 2022, em articulação com a UEAS no âmbito do Programa Municipal de Promoção da Parentalidade “(Des)Envolver Famílias”.

Objetivo Geral 2: Reduzir o sedentarismo

Objetivo específico 4	Metas	Indicadores de resultados	Fontes de Verificação	Pressupostos
Intensificar a frequência de atividades familiares de lazer e cultura	Até ao final de 2024 possibilitar o contacto dos jovens com atividades de cultura e lazer	Taxa de execução	Relatório de execução	Interesse das famílias, bem como das crianças/jovens
Resultados: (estratégias) R.4. Criar atividades que intensifiquem a frequência de atividades familiares de lazer e cultura	- Emissão 250 bilhetes para o Cineteatro até ao final de 2024 - Dinamização de 3 caças ao tesouro até final de 2024 - 20 crianças/jovens (e respetivos progenitores)/por evento	- nº de bilhetes emitidos - nº de caças ao tesouro - nº de participantes na caça ao tesouro	Relatório de monitorização	- Interesse e envolvimento do Município de Sobral de Monte Agraço - Interesse e envolvimento do CILT na criação de uma caça ao tesouro com temáticas históricas concelhias relevantes
Atividades: A.4.1. Acesso gratuito ao Cineteatro para crianças sinalizadas e progenitores A.4.2. Dinamização de caça ao tesouro em família				

Objetivo Geral 3: Melhorar a produtividade ao nível escolar				
Objetivo específico 5	Metas	Indicadores de resultados	Fontes de Verificação	Pressupostos
Revigorar a participação dos jovens em clubes desportivos	Até ao final de 2024 revigorar a participação dos jovens em clubes desportivos	Taxa de execução	Relatório de execução	Interesse das famílias, bem como das crianças/jovens
<p>Resultados: (estratégias) R.5. Possibilitar a participação das crianças/jovens em clubes desportivos e/ou outras atividades desportivas com custo associado</p>	<p>- Atribuição de “Apoio em Meio Natural de Vida”, com vista à prática desportiva a 40 crianças/jovens até 2024 - 20 Crianças abrangidas pelo programa “Natação Livre” até 2024</p>	<p>- nº de crianças/jovens que lhes viram atribuído o “Apoio em Meio Natural de Vida”, com vista à prática desportiva - nº de crianças/jovens abrangidas pelo programa</p>	<p>Relatório de monitorização</p>	<p>- Atribuição do apoio por parte do ISS. I.P. - Interesse e disponibilidade do Município</p>
<p>Atividades: A.5.1. Atribuir “Apoio em Meio Natural de Vida” a crianças/jovens acompanhadas pela CPCJ SMA, com vista à prática desportiva A.5.2. Frequência de aulas de natação de forma totalmente gratuita, por parte de crianças/jovens acompanhadas pela CPCJ SMA – Programa “Natação Livre”</p>				

Objetivo Geral 3: Melhorar a produtividade ao nível escolar

Objetivo específico 6	Metas	Indicadores de resultados	Fontes de Verificação	Pressupostos
Diminuir o <i>bullying</i>	Até ao final de 2024 verificar uma diminuição do <i>bullying</i>	- Taxa de execução - Impacto	- Relatório de execução - Reunião do Conselho de jovens contra o <i>Bullying</i>	Interesse e articulação do AEJICS, dos Jovens e dos restantes Stakeholders
<p>Resultados: (estratégias) R.6. Criar respostas que levem à diminuição do <i>Bullying</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> - 1 Ação de Sensibilização/ano - Criação do Conselho de Jovens contra o <i>Bullying</i> até ao ano letivo de 2024-2025 - 1 Reunião do Conselho de Jovens contra o <i>Bullying</i> até ao final de 2024 - 1 Jogo com vista à criação do espírito de grupo e de equipa/ Por ano escolar - 100 Crianças/jovens inscritos no programa “Heróis na Escola” até ao final de 2024 	<ul style="list-style-type: none"> - nº de ações de sensibilização - nº de reuniões do Conselho de Jovens contra o <i>Bullying</i> - nº de jogo, com vista à criação do espírito de grupo e de equipa, realizados - nº de crianças/jovens inscritos na iniciativa “Heróis na Escola” 	Relatório de monitorização	<ul style="list-style-type: none"> - Disponibilidade de espaço para realização da Ação de sensibilização - Interesse dos diversos Stakeholders em criar um novo órgão dinâmico, com propósito de acompanhamento e discussão relativamente ao <i>bullying</i> - Interesse das crianças e Jovens em participar nos jogos com vista à criação do espírito de grupo.
<p>Atividades: A.6.1. Ações de sensibilização sobre o <i>bullying</i> A.6.2. Criação do Conselho de Jovens contra o <i>Bullying</i> A.6.3. Jogos com vista à criação do espírito de grupo e de equipa (Ex: <i>escape room</i>; “Procuro Um Amigo”; “A Teia Da Amizade” etc) A.6.4. Criação de programa com vista à designação de 2 amigos - “Heróis na escola”</p>				<ul style="list-style-type: none"> - Articulação com o CILT com a perspetiva de criar um escape room com a temática das “Linhas de Torres”

Objetivo Geral 3: Melhorar a produtividade ao nível escolar				
Objetivo específico 7	Metas	Indicadores de resultados	Fontes de Verificação	Pressupostos
Quebrantar o conflito nas relações intrafamiliares (violência doméstica)	Até 2024 verificar um abrandamento do conflito intrafamiliar	- Taxa de execução - Impacto	- Relatório de execução	Interesse das famílias, bem como das crianças/jovens
Resultados: (estratégias) R.7. Sensibilizar a população para o problema social do conflito intrafamiliar	- 1 Sessão de Esclarecimento/ano - 1000 Folhetos entregues/ano	-nº de sessões de esclarecimento realizadas -nº de folhetos entregues	Relatório de Monitorização	Interesse e articulação do AEJICS
Atividades: A.7.1. Sessão de sensibilização com Psicólogo onde se expõem as consequências, para as crianças/jovens, de estarem expostos a comportamentos violentos A.7.2. Elaborar folhetos informativos, sobre práticas de parentalidade que estimulem o respeito e não o conflito, com finalidade de entregar a cada encarregado de educação no início dos anos letivos				

Objetivo Geral 4: Agilizar a marcação de consultas de especialidade				
Objetivo específico 8	Metas	Indicadores de resultados	Fontes de Verificação	Pressupostos
Facilitar acessibilidade à saúde oral	Até 2024 facilitar acesso gratuito à saúde oral para as crianças/jovens	- Taxa de execução	- Relatório de execução	- Interesse e participação dos Médicos Dentistas concelhios
Resultados: (estratégias) R. 8. Promover o acesso à saúde oral	50 Crianças/jovens abrangidas/ano	- Nº de crianças abrangidas	- Relatório de monitorização	- Em articulação com o Plano de Ação da Rede Social.
Atividades: A.8.1. Criar uma resposta de acesso gratuito à saúde oral				

Objetivo Geral 5: Erradicar os conflitos relacionais interpessoais entre alunos e professores				
Objetivo específico 9	Metas	Indicadores de resultados	Fontes de Verificação	Pressupostos
Suprimir dificuldades de comunicação entre as crianças e jovens e os seus pais/professores	Até ao final de 2024 criar três atividades que promovam a comunicação e entendimento intergeracional	Taxa de execução	Relatório de execução	- Interesse das crianças/jovens, pais e professores em participar nas atividades
Resultados: (estratégias) R.9. Dinamizar atividades que promovam a comunicação e o entendimento intergeracional	- Obter depoimentos de 4 crianças/jovens e 4 adultos - 1 debate anual - 2 Palestras anuais	-nº de Participantes no vídeo -nº de debates realizados -nº de palestras realizadas	Relatório de Monitorização	- Interesse da população em participar no vídeo - Interesse e disponibilidade do Gabinete de Comunicação e Imagem do Município em auxiliar na criação e promoção do vídeo. -Interesse e disponibilidade dos professores em debater com os alunos assuntos que sejam do interesse destes últimos - Existência de espaço físico onde possa decorrer o debate. - Articulação com a UEAS, mais nomeadamente com o Programa Municipal de Promoção da Parentalidade “(Des)Envolver Famílias”
Atividades: A.9.1. Criar e promover um vídeo que explore as diferenças e os entendimentos geracionais A.9.2. Possibilitar debate entre professores/alunos A.9.3. Realizar palestras que sensibilizem os pais para os problemas das crianças/jovens ¹³				

¹³ Realização de duas palestras, ao longo de 2022, em articulação com a UEAS no âmbito do Programa Municipal de Promoção da Parentalidade “(Des)Envolver Famílias”.

Objetivo Geral 5: Erradicar os conflitos relacionais interpessoais entre alunos e professores

Objetivo específico 10	Metas	Indicadores de resultados	Fontes de Verificação	Pressupostos
Criar rotinas claras no seio da família	Até ao final de 2024 dinamizar duas respostas que auxiliem na criação de rotinas familiares	Taxa de execução	Relatório de execução	- Interesse dos técnicos, pais e professores em participar nas atividades
Resultados: (estratégias) R.10. Dinamizar respostas que auxiliem na criação de rotinas familiares	- 1 Mesa redonda/ano - 3 sessão de esclarecimento até ao final de 2024	- nº de mesas redondas/ano - nº de sessões de esclarecimento realizadas até ao final de 2024	Relatório de Monitorização	- Existência de espaço físico onde possam decorrer os eventos - Disponibilidade dos técnicos e professores para participar nos referidos eventos - Articulação com a UEAS, mais nomeadamente com o Programa Municipal de Promoção da Parentalidade “(Des)Envolver Famílias”
Atividades: A.10.1. Mesa redonda entre pais, técnicos e professores onde se discutem situações da rotina familiar A.10.2. Sessão de esclarecimento com psicólogo onde se expõe os benefícios de uma rotina familiar ¹⁴				

¹⁴ Realização de duas sessões de esclarecimento, ao longo de 2022, em articulação com a UEAS no âmbito do Programa Municipal de Promoção da Parentalidade “(Des)Envolver Famílias”.

Atividades	Entidade responsável	Entidades a envolver	2022	2023	2024
A.1.1. Realizar as reuniões da Comissão Alargada descentralizadas	CPCJ – Comissão Alargada	Município; APEAVES; AEJICS; SCM SMA; APSMA; ACES; IEFP; UNIR; Agrupamento 272; ISS, I.P.; GNR;			
A.1.2. Realizar reuniões com diversas entidades de forma a discutir a parentalidade positiva e outras questões pertinentes – “Café, conversa e conexão”	CPCJ – Comissão Alargada	Município; APEAVES; AEJICS; SCM SMA; APSMA; ACES; IEFP; UNIR; Agrupamento 272; ISS, I.P.; GNR; Juntas de Freguesia			
A.2.1. Realizar Sessões de esclarecimento à comunidade sobre o funcionamento da CPCJ	CPCJ – Comissão Alargada	Município; APEAVES; AEJICS; GNR			
A.2.2. Elaborar folhetos informativos, sobre o trabalho da CPCJ, com finalidade de entregar a cada encarregado de educação no início dos anos letivos	CPCJ – Comissão Alargada	Município; AEJICS; APEAVES			
A.3.1. Criar espaço de relaxamento no AEJICS	AEJICS	Município; APEAVES			
A.3.2. Criar atividades lúdicas	Município – Biblioteca Municipal e UEAS ¹⁵	CPCJ – Comissão Alargada			

¹⁵ Durante o ano de 2022.

Atividades	Entidade responsável	Entidades a envolver	2022	2023	2024
A.3.3. Criação de programa “Conhecimento do Mundo” – (Sessões de esclarecimento sobre Literacia Financeira, oratória, primeiros socorros, nutrição, etc)	APEAVES	Município; CPCJ – Comissão Alargada; AEJICS; UNIR			
A.4.1. Acesso gratuito ao Cineteatro para crianças sinalizadas e progenitores	CPCJ – Comissão Alargada	Município			
A.4.2. Dinamização de caça ao tesouro em família	Município - CILT	CPCJ – Comissão Alargada; Juntas de Freguesia			
A.5.1. Atribuir “Apoio em Meio Natural de Vida” a crianças/jovens acompanhadas pela CPCJ SMA, com vista à prática desportiva	CPCJ – Comissão Restrita	ISS, I.P.			
A.5.2. Frequência de aulas de natação de forma totalmente gratuita, por parte de crianças/jovens acompanhadas pela CPCJ SMA – Programa “Natação Livre”	CPCJ – Comissão Restrita	Município			
A.6.1. Ações de sensibilização sobre o bullying	CPCJ – Comissão Alargada	GNR; Bombeiros; Clube Motard SMA			

Atividades	Entidade responsável	Entidades a envolver	2022	2023	2024
A.6.2. Criação do Conselho de Jovens contra o Bullying	AEJICS	Município; APEAVES; CPCJ – Comissão Alargada;			
A.6.3. Jogos com vista à criação do espírito de grupo e de equipa (Ex: <i>escape room</i> ; “Procuro Um Amigo”; “A Teia Da Amizade” etc)	AEJICS	APEAVES; CPCJ – Comissão Alargada			
A.6.4. Criação de programa com vista à designação de 2 amigos - “Heróis na escola”	AEJICS	APEAVES; CPCJ – Comissão Alargada; GNR			
A.7.1. Sessão de sensibilização com Psicólogo onde se expõem as consequências, para as crianças/jovens, de estarem expostos a comportamentos violentos	CPCJ – Comissão Alargada	Município; APEAVES; GNR			
A.7.2. Elaborar folhetos informativos, sobre práticas de parentalidade que estimulem o respeito e não o conflito, com finalidade de entregar a cada encarregado de educação no início dos anos letivos	CPCJ – Comissão Alargada	Município; AEJICS; GNR			

Atividades	Entidade responsável	Entidades a envolver	2022	2023	2024
A.8.1. Criar uma resposta de acesso gratuito à saúde oral	CPCJ – Comissão Alargada	ACES; APSMA; AEJICS;			
A.9.1. Criar e promover um vídeo que explore as diferenças e os entendimentos geracionais	CPCJ – Comissão Alargada	Município; SCM SMA			
A.9.2. Possibilitar debate entre professores/alunos	AEJICS	CPCJ – Comissão Alargada; Município;			
A.9.3. Realizar palestras que sensibilizem os pais para os problemas das crianças/jovens	CPCJ – Comissão Alargada e Município – UEAS ¹⁶	AEJICS			
A.10.1. Mesa redonda entre pais, técnicos e professores onde se discutem situações da rotina familiar	CPCJ – Comissão Alargada	Município; APEAVES;			
A.10.2. Sessão de esclarecimento com psicólogo onde se expõe os benefícios de uma rotina familiar	CPCJ – Comissão Alargada e Município – UEAS ¹⁷	APEAVES; GNR			

¹⁶ Durante o ano de 2022.

¹⁷ Durante o ano de 2022.

Atividades	Recursos Necessários	Custo Esperado
A.1.1. Realizar as reuniões da Comissão Alargada descentralizadas	Viatura	Despesas inerentes ao desgaste do veículo + valor do combustível
A.1.2. Realizar reuniões com diversas entidades de forma a discutir a parentalidade positiva e outras questões pertinentes – “Café, conversa e conexão”	Espaço Físico	Despesas inerentes ao funcionamento dos parceiros e da CPCJ
A.2.1. Realizar Sessões de esclarecimento à comunidade sobre o funcionamento da CPCJ	Espaço Físico Computador Colunas Microfone RH – Pessoal técnico	Despesas inerentes ao funcionamento dos parceiros e da CPCJ
A.2.2. Elaborar folhetos informativos, sobre o trabalho da CPCJ, com finalidade de entregar a cada encarregado de educação no início dos anos letivos	4500 folhetos em A5, papel coated com 300grs, a 4/4 cores frente e verso	300 euros+iva (369 euros)
A.3.1. Criar espaço de relaxamento no AEJICS	Espaço Físico 3 Puff's	60 euros
A.3.2. Criar atividades lúdicas	Espaço Físico	Despesas inerentes ao funcionamento dos parceiros e da CPCJ

Atividades	Recursos Necessários	Custo Esperado
A.3.3. Criação de programa “Conhecimento do Mundo” – (Sessões de esclarecimento sobre Literacia Financeira, oratória, primeiros socorros, nutrição, etc)	Espaço Físico Computador Colunas Microfone	Despesas inerentes ao funcionamento dos parceiros e da CPCJ
A.4.1. Acesso gratuito ao Cineteatro para crianças sinalizadas e progenitores	-	Despesas inerentes ao funcionamento dos parceiros e da CPCJ
A.4.2. Dinamização de caça ao tesouro em família	RH – Pessoal técnico	Despesas inerentes ao funcionamento dos parceiros e da CPCJ
A.5.1. Atribuir “Apoio em Meio Natural de Vida” a crianças/jovens acompanhadas pela CPCJ SMA, com vista à prática desportiva	-	-
A.5.2. Frequência de aulas de natação de forma totalmente gratuita, por parte de crianças/jovens acompanhadas pela CPCJ SMA – Programa “Natação Livre”	-	Despesas inerentes ao funcionamento dos parceiros e da CPCJ
A.6.1. Ações de sensibilização sobre o bullying	Espaço Físico Computador Colunas Microfone	Despesas inerentes ao funcionamento dos parceiros e da CPCJ
A.6.2. Criação do Conselho de Jovens contra o <i>Bullying</i>	Espaço Físico Computador Colunas Microfone	Despesas inerentes ao funcionamento dos parceiros e da CPCJ

Atividades	Recursos Necessários	Custo Esperado
A.6.3. Jogos com vista à criação do espírito de grupo e de equipa (Ex: <i>escape room</i> ; “Procuo Um Amigo”; “A Teia Da Amizade” etc)	RH – Pessoal técnico	Despesas inerentes ao funcionamento dos parceiros e da CPCJ
A.6.4. Criação de programa com vista à designação de 2 amigos - “Heróis na escola”	-	Despesas inerentes ao funcionamento dos parceiros e da CPCJ
A.7.1. Sessão de sensibilização com Psicólogo onde se expõem as consequências, para as crianças/jovens, de estarem expostos a comportamentos violentos	RH – Pessoal técnico	150 euros/Sessão (3 sessões – 450 euros)
A.7.2. Elaborar folhetos informativos, sobre práticas de parentalidade que estimulem o respeito e não o conflito, com finalidade de entregar a cada encarregado de educação no início dos anos letivos	4500 folhetos em A5, papel coated com 300grs, a 4/4 cores frente e verso	300 euros+iva (369 euros)
A.8.1. Criar uma resposta de acesso gratuito à saúde oral	RH – Pessoal técnico	Despesas inerentes ao funcionamento dos parceiros e da CPCJ
A.9.1. Criar e promover um vídeo que explore as diferenças e os entendimentos geracionais	RH – Pessoal técnico	Despesas inerentes ao funcionamento dos parceiros e da CPCJ

Atividades	Recursos Necessários	Custo Esperado
A.9.2. Possibilitar debate entre professores/alunos	RH – Pessoal técnico	Despesas inerentes ao funcionamento dos parceiros e da CPCJ
A.9.3. Realizar palestras que sensibilizem os pais para os problemas das crianças/jovens	RH – Pessoal técnico	150 euros/Sessão (6 sessões - 900 euros)
A.10.1. Mesa redonda entre pais, técnicos e professores onde se discutem situações da rotina familiar	RH – Pessoal técnico	Despesas inerentes ao funcionamento dos parceiros e da CPCJ
A.10.2. Sessão de esclarecimento com psicólogo onde se expõe os benefícios de uma rotina familiar	RH – Pessoal técnico	150 euros/Sessão (3 sessões – 450 euros)

Atividades: 23 (Traduz-se em 107 respostas criadas e/ou eventos)

Custo previsto para o 1º ano: 906 €

Custo previsto para anos subsequentes: 846 €

Custo total previsto: 2598 €

4.7. Modelo de Avaliação

Devido à importância de monitorizar o Plano Estratégico Local, criou-se o Modelo de Avaliação. A avaliação será interna e terá em consideração duas temporalidades: *On-going* e *Ex-Post*.

A avaliação *On-going* diz respeito ao acompanhamento, por parte de membros da Comissão Alargada da CPCJ, da implementação das atividades que constam do Plano Estratégico Local. Esse acompanhamento irá materializar-se na ativação das entidades responsáveis, bem como em relatórios de monitorização¹⁸.

Já a avaliação *Ex-Post* será feita no final e irá materializar-se nos relatórios de execução. Pretende-se, deste modo, avaliar se as atividades foram implementadas com sucesso e se contribuíram para a persecução dos objetivos específicos.

¹⁸ Os relatórios de monitorização têm caráter anual e devem ser entregues à Comissão Restrita da CPCJ até ao 31º dia do mês de Janeiro de cada ano após o início da atividade.

Objetivo/Estratégias	Tipo de avaliação	Indicador	Fonte	Entidade responsável pela recolha	Ano		
					2022	2023	2024
Objetivo específico 1: Incitar o dinamismo da Comissão Alargada	Resultados (<i>Ex-post</i>)	Taxa de execução	Relatório de execução	CPCJ - Restrita			
R.1. Fomentar o interesse e o dinamismo da Comissão Alargada da CPCJ de SMA	Execução (<i>On-going</i>)	-nº de Reuniões Alargadas descentralizadas realizadas -nº de reuniões realizadas	Relatório de Monitorização	CPCJ - Alargada			
Objetivo específico 2: Amplificar a divulgação do trabalho da CPCJ	Resultados (<i>Ex-post</i>)	Taxa de execução	Relatório de execução	CPCJ - Restrita			
R.2. Dar a conhecer à comunidade o trabalho da CPCJ	Execução (<i>On-going</i>)	-nº de sessões de esclarecimento realizadas -nº de folhetos entregues	Relatório de Monitorização	CPCJ - Alargada			
Objetivo específico 3: Avolumar a oferta de ocupação dos tempos livres	Resultados (<i>Ex-post</i>)	Taxa de execução	Relatório de execução	CPCJ - Restrita			
R.3. Criar atividades de ocupação dos tempos livres	Execução (<i>On-going</i>)	- nº de espaços de relaxamento criadas - nº de atividades lúdicas realizadas - nº de sessões de esclarecimento realizadas	Relatório de Monitorização	CPCJ - Alargada			

Objetivo/Estratégias	Tipo de avaliação	Indicador	Fonte	Entidade responsável pela recolha	Ano		
					2022	2023	2024
Objetivo específico 4: Intensificar a frequência de atividades familiares de lazer e cultura	Resultados (<i>Ex-post</i>)	Taxa de execução	Relatório de execução	CPCJ - Restrita			
R.4. Criar atividades que intensifiquem a frequência de atividades familiares de lazer e cultura	Execução (<i>On-going</i>)	- nº de bilhetes emitidos - nº de caças ao tesouro - nº de participantes na caça ao tesouro	Relatório de Monitorização	CPCJ - Alargada			
Objetivo específico 5: Revigorar a participação dos jovens em clubes desportivos	Resultados (<i>Ex-post</i>)	Taxa de execução	Relatório de execução	CPCJ - Restrita			
R.5. Possibilitar a participação das crianças/jovens em clubes desportivos e/ou outras atividades desportivas com custo associado	Execução (<i>On-going</i>)	- nº de crianças/jovens que lhes viram atribuído o “Apoio em Meio Natural de Vida”, com vista à prática desportiva - nº de crianças/jovens abrangidas pelo programa	Relatório de Monitorização	CPCJ - Alargada			

Objetivo/Estratégias	Tipo de avaliação	Indicador	Fonte	Entidade responsável pela recolha	Ano		
					2022	2023	2024
Objetivo específico 6: Diminuir o bullying	Resultados (<i>Ex-post</i>)	- Taxa de execução - Impacto	Relatório de execução	CPCJ - Restrita			
R.6. Criar respostas que levem à diminuição do Bullying	Execução (<i>On-going</i>)	- nº de ações de sensibilização - nº de reuniões do Conselho de Jovens contra o <i>Bullying</i> - nº de jogo, com vista à criação do espírito de grupo e de equipa, realizados - nº de crianças/jovens inscritos na iniciativa “Heróis na Escola”	Relatório de Monitorização	CPCJ - Alargada			
Objetivo específico 7: Quebrantar o conflito nas relações intrafamiliares (violência doméstica)	Resultados (<i>Ex-post</i>)	- Taxa de execução - Impacto	Relatório de execução	CPCJ - Restrita			
R.7. Sensibilizar a população para o problema social do conflito intrafamiliar	Execução (<i>On-going</i>)	-nº de sessões de esclarecimento realizadas -nº de folhetos entregues	Relatório de Monitorização	CPCJ - Alargada			

Objetivo/Estratégias	Tipo de avaliação	Indicador	Fonte	Entidade responsável pela recolha	Ano		
					2022	2023	2024
Objetivo específico 8: Facilitar acessibilidade à saúde oral	Resultados (<i>Ex-post</i>)	Taxa de execução	Relatório de execução	CPCJ - Restrita			
R. 8. Promover o acesso à saúde oral	Execução (<i>On-going</i>)	- Nº de crianças abrangidas	Relatório de Monitorização	CPCJ - Alargada			
Objetivo específico 9: Suprimir dificuldades de comunicação entre as crianças e jovens e os seus pais/professores	Resultados (<i>Ex-post</i>)	Taxa de execução	Relatório de execução	CPCJ - Restrita			
R.9. Dinamizar atividades que promovam a comunicação e o entendimento intergeracional	Execução (<i>On-going</i>)	-nº de Participantes no vídeo -nº de debates realizados -nº de palestras realizadas	Relatório de Monitorização	CPCJ - Alargada			
Objetivo específico 10: Criar rotinas claras no seio da família	Resultados (<i>Ex-post</i>)	Taxa de execução	Relatório de execução	CPCJ - Restrita			
R.10. Dinamizar respostas que auxiliem na criação de rotinas familiares	Execução (<i>On-going</i>)	- nº de mesas redondas/ano - nº de sessões de esclarecimento realizadas	Relatório de Monitorização	CPCJ - Alargada			



Bibliografia

Ranchordas, P., & Carvalho, Z. (CES - UC de 2007). *Promover a Mudança – Percursos de Orientação para Organizações da Sociedade Civil*. Obtido de CES - UC: [https://www.ces.uc.pt/projectos/pis/wp-content/uploads/2013/09/1c-Manual-Capacita%
c3%a7%c3%a3o-Organiza%
c3%a7%c3%b5es_DESTAC%
c3%81VEIS-II.pdf](https://www.ces.uc.pt/projectos/pis/wp-content/uploads/2013/09/1c-Manual-Capacita%c3%a7%c3%a3o-Organiza%c3%a7%c3%b5es_DESTAC%c3%81VEIS-II.pdf)

Abreviaturas

ACES - Agrupamento de Centros de Saúde

AEJICS - Agrupamento Escolas Joaquim Inácio da Cruz Sobral

APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

APSMA – Associação Popular de Sobral de Monte Agraço

AS - Abuso Sexual

ASE - Ação Social Escolar

ATL - Atividades de Tempos Livres

CAESP - A criança está abandonada ou entregue a si própria

CDTR - Criança ao cuidado de terceiros, durante período de tempo em que se observou estabelecimento com estes de forte relação de vinculação e em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais

CEB – Ciclo do Ensino Básico

CILT - Centro de Interpretação das Linhas de Torres

CJACABED - A Criança/Jovem Assume Comportamentos que Afetem gravemente o seu Bem-Estar e Desenvolvimento sem que os pais, representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de forma adequada a remover essa situação

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

DECAS - Divisão de Educação Cultura e Ação Social

ECPCBEDC - Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança

ETI - Exploração do Trabalho Infantil

EU – União Europeia

FEAC - Fundo Europeu de Apoio a Carenciados

GEP - Gabinete de Estratégia e Planeamento

GIAV - Gabinete de Inserção e Apoio à Vítima

GNR – Guarda Nacional Republicana

IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional

INE - Instituto Nacional de Estatística

IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social

ISS, I.P. - Instituto da Segurança Social, I.P.

JI – Jardim de Infância

LPCJP - Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

MAI - Ministério da Administração Interna

MP – Ministério Público

MT - Mau Trato Físico

MTPIA - Mau Trato psicológico ou indiferença afetiva

MTSSS - Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

NACJR - Núcleos de Apoio às Crianças e Jovens em Risco

NEG - Negligência

OUTR - Outras situações de perigo

PCAAC - Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados

PFQC - Prática de Facto Qualificado pela Lei Penal como Crime

PLPPDCJ - Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens

POAPMC - Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas

RH – Recursos Humanos

RLIS - Redes Locais de Intervenção Social

RSI - Rendimento Social de Inserção

SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SMA – Sobral de Monte Agraço

SNS – Serviço Nacional de Saúde

SPDE - Situações de perigo em que esteja em causa o Direito à Educação

TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação

UCF - Unidade Coordenadora Funcional

UEAS – Unidade de Educação e Ação Social